**REBES** **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**ISSN - 2358-2391**

**GVAA - GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL - PB**
**Artigo de Revisão**

# *A contribuição da psicopedagogia na superação dos desafios registrados na educação infantil*

***Jaquilene Souza Mendes***
Professora da rede municipal, licenciada em Biologia e especialista em Psicopedagogia
pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)
E-mail: jaquilenesmendes@hotmail.com
***José Ozildo dos Santos***
Docente, mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG, especialista em Direito Administrativo (FIP);
Gestão Pública (UEPB) e Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (IFRN)
e pós-graduando em Educação para os Direitos Humanos e em Metodologia do Ensino na Educação Superior
E-mail: joseozildo2014@outlook.com

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo mostrar a contribuição da Psicopedagogia na superação dos problemas registrados na educação Infantil. A Psicopedagogia promove intervenções que auxiliam no processo de superação das dificuldades aprendizagem. Através da presente pesquisa foi possível perceber que nas instituições escolares, a Psicopedagogia é de extremamente importância porque é capaz de estimular o desenvolvimento de relações interpessoais, utilizando métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções, melhorando o processo educativo e contribuindo para a que a aprendizagem significativa seja registrada. No contexto da educação infantil, existe a necessidade de se compreender como a criança aprende ou se ela possui alguma dificuldade. Esse é o papel da Psicopedagogia, que vem conquistando um espaço especial nessa modalidade de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Psicopedagogia. Contribuições.

## *The contribution of educational psychology in overcoming the challenges recorded in early childhood education*

**Abstract**: This paper aims to show the contribution of Psychology in overcoming the problems registered in Child education. The Psychology promotes interventions that assist in the process of overcoming the difficulties learning. Through this research was observed that in schools, the Educational Psychology is extremely important because it can stimulate the development of interpersonal relationships, using teaching methods compatible with the latest concepts, improving the educational process and contributing to the meaningful learning is recorded. In the context of early childhood education, there is a need to understand how the child learns or if she has some difficulty. This is the role of Psychology, which has gained a special place in this type of education.

**Keywords**: Early Childhood Education. Educational Psychology. Contributions.

## 1 Introdução

No Brasil, a Psicopedagogia é um campo de atuação que possui uma história recente. É importante ressaltar a Psicopedagogia como complemento, que é a ciência que estuda o processo de aprendizagem e as dificuldades enfrentadas pelos dos alunos ao longo do processo de ensino aprendizagem. Ela tem contribuído para explicar as causas das dificuldades de aprendizagem, pois, tem como objetivo central estudo das formas como o ser humano aprende.

Na Educação Infantil, a Psicopedagogia pode contribuir, principalmente, na prevenção de futuros problemas da aprendizagem, oferecendo meios para que seja trabalhado o desenvolvimento infantil, apontando as direções a serem adotadas quando do planejamento das atividades a serem realizadas com as crianças, no contexto da sala de aula.

A educação é algo muito relevante na vida das pessoas. Todos os pais almejam que seus filhos tenham uma boa educação, que as escolas sejam seguras de qualidade e que professores sejam dedicados. Devidos ao egresso dessas crianças na escola muito cedo, sempre são registrados problemas, exigindo o emprego de metodologia bem elaborada para que as crianças aprendem e esse processo torna-se mais fácil de ser conduzido quando existe uma intervenção psicopedagógica.

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da Psicopedagogia no processo de superação das dificuldades de aprendizagem registradas na Educação Infantil.

## 2 Revisão de Literatura

### 2.1 Algumas considerações sobre a educação infantil

As políticas de Educação Infantil demonstram que esta pode ser definida como sendo um direito da criança e um dever do Estado, na forma estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Ela constitui a primeira etapa da Educação Básica, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

É importante lembrar que a etapa da Educação Infantil foi constituída legalmente pela junção entre creches e pré-escolas, instituições de diferentes origens e histórias diversas. Ao longo do processo de construção da Educação Infantil, as creches que antes eram vinculadas à assistência social, foram transferidas para a educação. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a LDB ao regulamentar a educação infantil, determinou a municipalização desta etapa e do ensino fundamental (ARAÚJO, 2010).

Para se analisar a infância como objeto da política pública educacional, no Brasil, se faz necessário entender historicamente as velhas lutas pela aquisição dos direitos, provocadas por diferentes movimentos ocorridos com relação à educação das crianças.

De acordo com Reis; Dessandre e Ramiro (2008), o surgimento de instituições de assistência e educação, tais como creches e jardins de infância, faz parte de um conjunto de medidas que tinham como princípio conformar uma nova concepção assistencial: a assistência científica, dedicada a suprir as necessidades básicas (alimentação, saneamento e medicação) das classes operárias e das famílias desvalidas.

Como resultado, o atendimento à infância tornou-se o objeto principal da investigação e supervisão do governo. Na década de 1940, presenciou-se a criação de várias instituições federais para assumir tal responsabilidade.

Tais instituições, significavam a concretização das propostas e interesses adiados durante a segunda metade do século XIX, evidenciado, na primeira metade do século XX, através da criação do Departamento Nacional da Criança, que por trinta anos, aproximadamente, orientou uma política de assistência às mães e à infância no Brasil (ANDRADE, 2010).

A partir da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser, do ponto de vista legal, dever do Estado e direito da criança (Art. 208, inciso IV). Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o MEC, a fim de orientar as escolas, elaborou em 1998 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Nele está:

> Nesse processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Entendendo a importância da pré-escola como etapa anterior ao Ensino Fundamental de grande relevância no desenvolvimento da criança e para as aquisições de aprendizagens futuras, a LDB, por meio da Lei nº 12.796, de 2013, alterou o seu Art. 6º, obrigando pais e responsáveis a matricular a criança na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade, para os mesmos poderem desenvolver suas habilidades físicas, mentais e motoras.

Nesses novos tempos, o desafio é estimular a criança na Educação Infantil e mente-la na escola sem perder a ludicidade e a vontade de aprender, deve-se levar à criança a realizar atividades adequadas e prazerosas, respeitando sempre as características individuais.

De acordo com Andrade (2010), a Educação Infantil tem como propósito o desenvolvimento integral da criança, numa linguagem que consente que as crianças ajam sobre o físico.

Por isso, é de extrema importância à abordagem da Psicomotricidade nessa etapa do desenvolvimento infantil, possibilitando que ela compreenda o seu corpo e as maneiras de se expressar por meio dele, localizando-se no tempo e no espaço.

Segundo Freire (1989, p. 20):

> O significado, nessa primeira fase da vida, depende, mais que em qualquer outra, da ação corporal. Entre os sinais gráficos de uma língua escrita e o mundo concreto, existe um mediador, às vezes esquecido, que é a ação corporal.

Atualmente, é bastante comum nas pré-escolas brasileiras a “preparação para a prontidão”, que seria um treinamento, antecipação, aceleração ou preparação para desenvolvimento escolar. Percebe-se que nessas circunstâncias, muitas escolas de Educação Infantil não dão a devida importância para a estruturação do desenvolvimento psicomotor, que é a base determinante para a aquisição das novas aprendizagens dentro e fora da escola.

De acordo com Brasil (1998), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil define dois âmbitos de experiências:

a) Formação Pessoal e Social;

b) Conhecimento de Mundo.

No entanto, é preciso ressaltar que esta organização possui um caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes âmbitos a serem trabalhados com as crianças.

Informa Kramer (2003), que o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), definiu, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CEB 1/99), orientando a organização das instituições que se dedicam a essa etapa de ensino.

Tais diretrizes estabelecem exigências quanto às orientações curriculares e elaboração dos projetos político-pedagógicos institucionais. Neste sentido, devem ser contemplados os seguintes princípios:

a) Éticos: autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum;

b) Políticos: direitos e deveres do cidadão, exercício da criticidade e respeito à ordem democrática;

c) Estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Em resumo, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil sintetizam concepções e práticas que já vinham sendo historicamente formuladas na literatura e na prática educativa, posto que tomam por referência a associação entre educação e cuidado, no atendimento de crianças de zero aos seis anos.

## 2.2 Conceituando educação infantil

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

De acordo com Brasil (1998, p. 11):

> A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos.

A Educação Infantil é um espaço privilegiado de inserção onde as crianças se deparam com a heterogeneidade. As crianças nesta fase possuem uma natureza muito singular, caracterizam-se das mais variadas linguagens e exercem a capacidade de geração de ideias e hipóteses originais sobre aquilo que querem desvendar. Ela está num processo constante de criação, significação e ressignificação de seus conhecimentos, e é na integração com o mundo e nas relações que estabelece que o seu conhecimento se constitui.

Ainda segundo Brasil (1998), a Educação Infantil foi estruturada observando os seguintes princípios:

a) o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;

b) o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

c) o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

d) a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

e) o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Kuhlmann Júnior (2003) afirma que não é a criança que precisa dominar conteúdos disciplinares, mas as pessoas que a educam, partindo da especificidade do ser criança nas suas diversas formas de manifestação, viabilizando a constante reflexão da docência, sendo que para garantir a sintonia entre os diversos profissionais da Educação Infantil, faz-se necessária a construção de uma linguagem comum, um currículo ou uma Pedagogia da Infância, que garanta a formação da criança para a vida, a partir dos pressupostos em debate.

No entanto, considerando a diversidade que existe nas concepções de infância, currículo, atendimento, nas práticas pedagógicas, construir um projeto que atenda as diferenças não é tarefa fácil.

Informa Brasil (1998), que polêmicas sobre cuidar e educar, sobre o papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento tem constituído, portanto, o panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas em educação infantil.

Na visão de Nascimento (2003), a Educação Infantil é considerada por lei como um nível de ensino. Dessa forma, o profissional deve atender ao perfil escolar, ou seja, ser professor, ficando à margem os monitores, os crecheiros, as pajens e demais profissionais.

Contudo, a instituição corre o risco de ater-se apenas ao caráter educativo, preparando para o futuro ensino fundamental e perdendo o caráter multifacetado que pressuporia a integração de ações de saúde, educação, assistência social e cultura, por não considerar o binômio educar e cuidar.

De acordo com Demo (1995), as instituições de Educação Infantil devem nortear seu trabalho numa proposta pedagógica fundamentada na concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento.

A Educação infantil deve ser oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, como

etapa fundamental para o sucesso escolar no tempo posterior.

Lanter-Lobo (2003) afirma que entender a Educação Infantil do ponto de vista das políticas públicas significa compreender a política de formação do profissional como um conjunto de diretrizes metas e procedimentos, formas de articulação permanente do Estado com os diferentes atores não governamentais tanto quanto à sua formulação como execução das ações, que se assegure condições de trabalho, plano de carreira e salário digno.

Diante disso, acrescenta esse autor, que um desafio para este novo milênio é lutar pela obrigatoriedade da matrícula da criança de zero a seis anos, garantir o papel do professor pela profissionalização e valorização nas instituições de Ensino Infantil, que exigem a função de cuidar e educar, mesmo sabendo que os mecanismos atuais de formação, especialização e atualização não contemplam esse duplo trabalho.

Por outro lado, afirma Brasil (1998, p. 22) que:

> Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças.

Não se pode mais pensar a Educação Infantil apenas como lugar de recreação, de cuidados ou de preparação para a aprendizagem futura e, sim, como espaço de construção de conhecimentos e de ampliação do universo simbólico das crianças. Tal modalidade educativa tem papel social importante no desenvolvimento humano e social. A prioridade é a escola fundamental, com acesso e permanência das crianças e aquisição dos conhecimentos, mas a luta pela escola fundamental não contraria a importância da educação infantil, primeira etapa da educação básica, para todos.

Expressam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 23), que:

> A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

## 2.3 A importância da educação infantil

A educação infantil tem papel social importante no desenvolvimento humano e social. A prioridade é a escola fundamental, com acesso e permanência das crianças e aquisição dos conhecimentos, mas a luta pela escola fundamental não contraria a importância da educação infantil (primeira etapa da educação básica) para todos.

Segundo Campos (2013), a educação infantil se configura como uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo para o desempenho posterior. No entanto, os argumentos mais fortes e contundentes sobre a importância da educação infantil se situam no plano dos direitos sociais da infância, de sua cidadania.

A Constituinte de 1988, as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas dos Municípios, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional asseguram, hoje, o direito de todas as crianças a creches e pré-escolas. No entanto, em termos quantitativos esse direito legal está longe de ser realidade, embora haja consenso quanto à sua importância.

Segundo Nascimento (2003, p. 106), no Brasil:

> De uma população de 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos (12 milhões de 0 a 3 anos e 9.539.656 de crianças de 4 a 6 anos), apenas 25.07% frequenta creche ou pré-escola: 47.80% das crianças de 4 a 6 anos, mas apenas 7.57% das crianças de 0 a 3. Esses 25,07% indicam que estamos longe de uma situação democrática, mas avançamos muito, pois em 1975 apenas 3,51% de crianças de 0 a 6 anos recebiam atendimento, inclusive da rede privada.

A educação infantil contribui para o desenvolvimento humano e social, sob vários aspectos. Em termos qualitativos, o trabalho realizado em creches e pré-escolas não é ainda democrático, pois muitas têm apenas caráter assistencial ou sanitário e não conseguem substituírem a dimensão educativa, social e cultural, cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania.

É importante que se registre que a educação infantil deve ser vista como espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação da criança pequena, não é ainda realidade das creches e pré-escolas brasileiras.

## 2.4 Desafios atuais da educação infantil

A Educação Infantil, recentemente, vem tendo um maior destaque no cenário nacional, caracterizando um momento bastante diferenciado e de razoáveis modificações na área.

Acrescenta Rosemberg (1999), que a incorporação da Educação Infantil ao sistema de ensino é exemplo atual de um processo de reconhecimento e de construção de uma nova identidade dessa modalidade de prática social que, durante a sua história, assumiu um importante papel

no processo de socialização para a subalternidade das classes pobres.

De acordo com Machado (1994, p. 14):

> Reconhece-se que a Educação Infantil teve um significativo impulso nas últimas décadas. A consciência social da importância da infância e o reconhecimento da criança como sujeito com direitos vêm, cada vez mais, se ampliando em todo o mundo, inclusive em países subdesenvolvidos. Na América Latina, o progresso tem sido substancial. No Brasil, os avanços alcançados em termos da legislação foram da maior importância. Tanto a Constituição, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (um dos mais avançados do mundo), são exemplos consistentes desta afirmação. Ao lado desses avanços, registrou-se também, nas últimas duas décadas, um impulso na expansão do atendimento público à educação infantil.

Vários critérios e diferentes eixos temáticos poderiam ser utilizados para a reflexão das transformações pelas quais vem passando a educação infantil que, no geral, são apontadas como bastante positivas e detentoras de uma certa capacidade provocativa de mudanças no sentido da promoção da melhoria do atendimento à criança pequena e às suas famílias.

Observa Rosemberg (1999), que é inegável que o processo de transição democrática, iniciado no país na década de 80, possibilitou a expansão da luta pela cidadania também à população infanto-juvenil.

Acrescenta aquela autora que uma das maiores conquistas nesse sentido, na área de educação infantil, foi o reconhecimento dessa instituição enquanto um direito da criança e da família e um dever do Estado, concretizado na Constituição Federal de 1988.

No entanto, para Campos (1998), o que se verifica, em especial nas duas últimas décadas, é a proliferação de leis e do estabelecimento de um sistema de garantias mínimas de direitos destinados a determinados setores sociais.

Por outro lado, esses avanços, são também expressões de outros tantos que vinham ocorrendo no campo da produção do conhecimento sobre a criança pequena.

Cabe lembrar que foram também os avanços na produção do conhecimento que permitiram uma melhor definição da atual função das instituições de educação infantil. Pois, foi “a partir da consideração das especificidades de desenvolvimento da criança de zero a seis anos de idade, que cuidado e educação são considerados como indissociáveis nessa fase da vida” (JOBIM e SOUZA, 1996, p. 41).

Entretanto, apesar dos avanços obtidos, seja através do estabelecimento de um rol de regulamentações, documentos oficiais e leis, seja pela produção de conhecimentos assentados em um novo paradigma sobre desenvolvimento infantil, o que se verifica, de modo geral, na realidade brasileira, é um distanciamento abissal entre essas conquistas e as práticas efetivadas no cotidiano das instituições.

Para alguns autores, a exemplo de Kulmann Júnior (2003), esses avanços ainda representam discursos com pouco efeito na prática.

Algumas das principais determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação continuam ainda longe de ser aplicadas na prática e no interior das instituições coletivas de cuidado e educação de crianças de zero a seis anos de idade.

2.5 A contribuição da psicopedagogia na educação infantil

No princípio, a Psicopedagogia estava voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias, que melhor atendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma. Noutras palavras, seu foco era fazer o diagnóstico e partir dele, desenvolver ações que fossem capazes de superar as dificuldades, promovendo, no final, a reeducação. Atualmente, o campo de atuação da psicopedagogia está muito mais amplo.

De acordo com Neves (2011, p. 12):

> A Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos.

Atualmente, a Psicopedagogia já possui o seu campo de atuação definido e seu “objeto central de estudo [...] está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos - bem como a influência de meio (família, escola, sociedade) no se desenvolvimento” (KIGUEL, 2006, p. 24).

Assim sendo, a Psicopedagogia vem construindo sua própria síntese buscando contribuições em outras áreas de conhecimento, a exemplo da Pedagogia, Psicologia, Linguística, Sociologia, Epistemologia, Neurologia e Psicanálise.

Neves (2011) informa que o termo Psicopedagogia inicialmente foi utilizado como adjetivo, iniciando uma forma de atuação que apontava interseção dos campos do conhecimento da Psicologia e da Pedagogia. E, que somente depois, a Psicopedagogia assumiu uma conotação substantiva.

Traçado também o processo de construção do campo da Psicopedagogia, Kiguel (2006) destaca que historicamente esta surgiu na fronteira entre a Psicologia e a Pedagogia, a partir das necessidades de atendimentos de crianças com distúrbios de aprendizagem, consideradas inaptas dentro do sistema educacional convencional.

A Psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na Educação Infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecido meios para que seja trabalhado o desenvolvimento infantil. Apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizados com as crianças, podem apresentar, contribuindo para a constituição do processo de organização psíquica.

A Psicopedagogia na escola pode contribuir no que se refere à gestão pedagógica, a comunicação e o apoio individualizado, oferecer e a orientar estratégias com finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica, desenvolver instrumentos que possibilitem uma adequada avaliação dos alunos, de modo que o ajude a pensar, criar, aprender, refletir, e assim aos poucos ir se percebendo enquanto um aluno sujeito capaz de ter sua própria autoria em suas ideias, caminhando assim e se transformando em um sujeito autor.

Segundo Campos (2013), a Psicopedagogia pode contribuir com a ação pedagógica na Educação Infantil através de reflexões com o professor sobre o desenvolvimento do grupo de alunos e na elaboração de propostas adequadas para que avancem hás suas aprendizagens e também contribuir com conhecimento da psicopedagogia.

Torna-se importante ressalta a importância que o mundo sociocultural tem na aprendizagem da mesma, contribuindo para as construções de aprendizagem daquela criança, o psicopedagogo nos ajuda a entender a ação do aluno, quando o professor não sente prazer e não se sente seguro com seu processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Bossa (2007), em uma instituição escolar o psicopedagogo não se ocupa somente de um indivíduo, como acontece na psicopedagogia clínica, mas do funcionamento geral, do processo e dos resultados de aprender em seu intenso sentido e do modo com tudo isto pode estar contribuindo para o aparecimento de dificuldades ou facilidades de aprendizagem.

O psicopedagogo procura auxiliar e enriquecer o trabalho realizado na Educação Infantil, observando e interferindo na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, direcionando os melhores caminhos para alcançar maiores resultados.

Na concepção de Costa (2012, p. 54):

> Os pais estão matriculando seus filhos na Educação Infantil, cada vez mais cedo. Logo, a instituição de ensino que atende esta clientela vem assumindo, das crianças. Diante desse fato, a Psicopedagogia pode contribuir [...] tanto na prevenção dos problemas de aprendizagem, por meio de orientação dos docentes e instituições no que tange á questão pedagógica e metodológicas; quanto na intervenção precoce dos problemas de aprendizagem, evitando que estes se instalem.

No ambiente escolar, o psicopedagogo pode contribuir com orientação a diretores coordenadores, professores e auxiliares, na prevenção e no estudo de como vencendo por esse conhecimento dentro da escola por esses profissionais. A psicopedagogia é uma área interdisciplinar, com caráter preventivos e assistencial, contribuindo bastante na identificação de possíveis casos e no respaldo metodológico para aqueles que necessitam de maior assistência.

## 3 Considerações Finais

Atualmente, a atuação do psicopedagogo não se limita apenas ao espaço institucional. No Brasil, a Psicopedagogia vem alcançando um grande desenvolvimento, se apresentando como sendo uma área do conhecimento que possui seu campo de atuação já definido. Graças ao seu desenvolvimento, a Psicopedagogia vem atuando com muito sucesso na Educação Infantil, analisando os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem escolar.

Através do presente artigo, foi possível perceber que na instituição escolar, a Psicopedagogia é extremamente importante porque ela é capaz de estimular o desenvolvimento de relações interpessoais, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito deste processo. Também se percebeu que o psicopedagogo é o profissional indicado para assessorar e orientar escola, principalmente, no que diz respeito aos diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem, atuando assim de forma preventiva.

Ele é o profissional que sabe interagir e construir relações, como envolver a equipe escolar, ajudando-a a ampliar o olhar em torno do aluno, auxiliando na produção do conhecimento ao mesmo tempo em que ajuda o mesmo a superar as dificuldades, que surgem no contexto escolar. Por isso, a Psicopedagogia é muito importante para o processo de ensino-aprendizado e interação dos alunos no ambiente escolar, principalmente, na construção do indivíduo, a partir da Educação Infantil.

## 4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais São Paulo: UNESP, 2010.

ARAUJO, F. L. C. de. **Psicopedagogo hospitalar**. Qual sua função? (2010) Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/psicopedagogo-hospitalar-qual-suafuncao/30912/. Acesso: 20 abr 2015.

BOSSA, N. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 7 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil (III)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, M. C. M. **Atuação em psicopedagogia institucional**: brincar, criar e aprender em diferentes idades. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

CAMPOS, M. M. a regulamentação da educação infantil. In: MEC/SEF/COEDI. **Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil** (II). Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

COSTA, T. J. P. Contribuições para a práxis na educação infantil. **Revista Psicopedagogia** (2012). Disponível in: http://www.psicopedagogia.com.br/artigos. Acesso: 20 abr 2015.

DEMO, P. **Qualidade da educação infantil**: desenvolvimento integral e integrado. Brasília: IPEA, 1995. (Série texto para discussão nº 384).

FREIRE, J. B. **Educação no corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, J. B. **Educação no corpo inteiro:** teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

JOBIM SOUZA, S. Resinificando a psicologia do desenvolvimento: Uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S. e LEITE, M. I. (orgs). **Infância**: fios e desafios da pesquisa. Campinas-SP: Papirus, 1996.

KIGUEL, S. M. **Reabilitação em neurologia e psiquiatria infantil**: Aspectos psicopedagógicos. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KRAMER, S. Política de financiamento para creches e pré-escolas: razões políticas e razões práticas. In: CAMPOS, M. M.; FARIA, A. G. (org.). Financiamento de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. **Cadernos ANPED**, [s.l.], n. 1, p. 43-56, 2003.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Educação Infantil e currículo. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.). **Educação Infantil pós-LDB**: rumos e desafios. Florianópolis: UFSC, 2003.

LANTER-LOBO, A. P. S. A formação do profissional de educação infantil: uma análise no contexto das políticas educacionais na década de 1990 no Brasil. In: PAIVA, E. V. (org.) **Pesquisando a formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MACHADO, M. A. M. Por uma política nacional de educação infantil. Simpósio Nacional de Educação Infantil. **Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

NASCIMENTO, M. E. P. **Os profissionais da Educação Infantil e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Org.). Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 101-120, 2003.

NEVES, M. A. M. Psicopedagogia: Um só termo e muitas significações. **Revista Psicopedagogia da Associação Brasileira Psicopedagogia**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 10 - 14, 2011.

REIS, A. C. DESSANDRE, S. B. RAMIRO, R. **Educação infantil no contexto da educação inclusiva:** análise de demandas de formação no município de São Gonçalo. 2008

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processo de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 100, p. 7-40, 1999.